Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina
ISBN: 978-85-7205-159-0

Autonomia Guarani Charagua Iyambae: os desafios para a reconstituição do território e do Ñande Reko Guarani

Ludmila Ferreira Ribeiro
Mestranda em Integração Contemporânea da América Latina (PRPG-ICAL)
Universidade de Integração Latino Americana (UNILA)
aoraboa@gmail.com

Resumo: A Autonomia Guarani Charagua Iyambae é o primeiro caso de conversão de município em autonomia indígena dentro do marco legal do Estado Plurinacional da Bolívia. Uma conquista histórica para os séculos de resistência da Nação Guarani que dividida pelas fronteiras da Bolívia, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, luta para reconstituir sua territorialidade. Uma conquista que demandou muita luta, bloqueios, protestos e participação ativa nos espaços públicos e institucionais. Ao mesmo tempo em que aponta alternativas de organização política, este processo de autonomia esbarra em obstáculos que refletem a colonialidade do poder e aparatos ideológicos e políticos do estado, mesmo em um país que reconhece a plurinacionalidade. A proposta deste artigo é compartilhar alguns dados e problemáticas levantadas na primeira etapa do trabalho de campo realizado entre julho e agosto de 2016.

Palavras-chave: Autogoverno; Autonomia Guaraní Charagua Iyambae; Estado Plurinacional; Colonialidade do poder.

Resumen: La Autonomía Guaraní Charagua Iyambae es el primer caso de conversión del município a la autonomia indígena en el marco legal del Estado Plurinacional de Bolívia. Una victoria histórica para los siglos de resistencia de la Nación Guaraní que dividida por las fronteras de Bolívia, Brazil, Argentina, Paraguay y Uruguay, se esfuerzan por reconstruir su territorialidad. Un logro que requiere una gran cantidad de combates, de bloqueos, protestas y participación activa en espacios publicos e institucionales. Mientras apunta alternativas de organización política, este processo de autonomía choca con obstáculos que reflejan la colonialidad del poder y aparatos ideológicos del estado y la política, incluso en un país que reconoce la plurinacionalidad. El propósito de este artículo es compartir algunos datos y problemas planteados en la primera fase del trabajo de campo, entre julio y agosto de 2016.

Palabras clave: Autogobierno; Autonomía Guaraní Charagua Iyambae; Estado Plurinacional; Colonialidad del poder.

Apresentação

O presente texto é fruto de reflexões ainda preliminares que resultaram da primeira etapa do trabalho de campo realizado no Departamento de Santa Cruz, Bolívia, entre julho e agosto de 2016, e tem como principal proposta contextualizar a luta Guarani pela autonomia de seus territórios no âmbito do

ISBN: 978-85-7205-159-0

longo processo histórico de construção do Estado Plurinacional boliviano, problematizando os desafios relacionados à apropriação e gestão dos seus próprios territórios e recursos nele existentes e à dimensão cultural e simbólica presentes nos processos de resistência frente às estruturas dominantes de poder.

A pesquisa está sendo desenvolvida junto ao mestrado em Integração Contemporânea da América Latina, com o apoio parcial do Programa de Demanda Social-Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - Unila e sofreu sua primeira reformulação a partir dessa primeira experiência de campo na Bolívia e com os povos Guarani, citada logo acima. A proposta, que inicialmente visava investigar como as políticas e princípios do Buen Vivir se configuravam na prática, passou a investigar o processo de autonomia indígena que está se dando em Charagua, capital da Província boliviana de Cordillera, território onde mais de 60% da população é Guarani, pela importância e centralidade desse processo para os povos indígenas da região. A Autonomia Guarani Charagua Iyambae é uma conquista histórica para os séculos de resistência da Nação Guarani que, dividida pelas fronteiras dos Estados Nacionais da Bolívia, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, luta para reconstituir sua territorialidade.

A primeira etapa da pesquisa, iniciada em março desse ano, foi concluída com a realização do trabalho de campo exploratório, onde foi possível conhecer e mapear o panorama geral da luta da Nação Guarani, que será apresentado em dois eixos: histórico temporal, cuja temporalidade é espiralada e não linear, contextualizando desde os fins do século XIX até a consolidação do Estado Plurinacional; e o Estatuto de Autonomia Guarani Charagua Iyambae, que fazemos breve apresentação a partir da analise dos documentos, de relatórios do processo de construção e de entrevistas com lideranças que participam das assembleias, a principal instância de decisão.

A perspectiva do Ñande Reko, modo de ser Guarani, é mais um ponto que merece ser destacado como parte importante do processo de autonomia. Em busca de experiências que permitissem entender como os princípios do *Vivir Bien* se efetivavam na prática, pressupomos que a autonomia seria a dimensão prática desses princípios. No entanto, a partir da convivência e das entrevistas logo foi possível perceber que o *Vivir Bien* é como se convive, as relações de reciprocidade e de respeito que pautam a vida social, mais do que um discurso ou uma política, o *Vivir Bien* é um modo de vida. Sendo assim, a perspectiva governamental do *Vivir Bien*, enquanto um discurso associado a uma política não é foco desta pesquisa, e abordagem do *Vivir Bien* se dará a partir do Ñande Reko, que é a dimensão ontológica e epistêmica Guarani, onde a forma de ser aponta para outras formas de saber, ser e se relacionar.

ISBN: 978-85-7205-159-0

É uma dimensão ainda a ser aprofundada e problematizada, mas foi possível vivenciá-la com as experiências de campo, em especial a partir da convivência com Marilin Carayuri e sua família que me acolheu durante dez dias em Pueblo Nuevo, em Santa Cruz, tendo sido central para a pesquisa de campo e para uma primeira aproximação com essas categorias. Nestes 22 dias dedicados a iniciar a pesquisa a partir do contexto dos Guarani en Charagua foi possível acessar uma rede que se formou de forma muito sincrônica a partir da contribuição e indicação de muitas pessoas. Neste breve relato do percurso percorrido até aqui apresentaremos as pessoas que se tornaram referência para essa pesquisa.

Na data de chegada à Santa Cruz de la Sierra, no dia 20 de julho de 2016, Fernando Huanacuni estava na cidade para uma palestra sobre Vivir Bien/Buen Vivir. Cheguei a tempo de encontrá-lo antes e tive a oportunidade de compartilhar a pesquisa e a intenção de se voltar ao contexto dos Guarani. A palestra foi apresentada por Marilin, representando a Nação Guarani, e o contato com ela se estabeleceu a partir deste instante. Com Marilin participei de diferentes assembleias, conheci lideranças e tive oportunidade de muitas conversas e entrevistas com pessoas que seguem articuladas na luta, que é contínua e permanente, cabendo destacar, dentre outros, Ruth Yarigua, Asambleísta Departamental Santa Cruz, primeira representante Guarani no cargo que no Brasil corresponderia a Deputada Estadual, representante da Capitanía Charagua Norte.

A indicação de orientação e mais uma vez a possibilidade do contato via redes sociais me possibilitou encontrar também com o escritor David Acebey, inspiração para esta pesquisa pela escolha que faz em escutar e transmitir os relatos Ava Guarani na Bolívia em seus dois livros, “Quereimba" e “Amandiya”. No primeiro de dois breves encontros, Acebey me indicou conversar com um “Guarani ético”, e me passou o contato de Felipe Román, sábio intelectual Guarani, ex-dirigente e referência importante na história. Cuchi, como é conhecido, vive em Camiri, município de Cordillera, onde estive por dois dias e com ele pude visitar a Escola Superior de Formação de Professores, a Unibol Apiaguaki Tupa – Guaraní y Pueblos de Tierras Bajas, e ter uma breve imersão no mundo guarani.

Com ele acessei o caminho para Charagua onde cheguei no dia 05 de agosto. Todas essas pessoas com quem conversei anteriormente me falaram de Elias Caurey e me alegrou saber que teria a chance de encontra-lo ali quatro dias depois. Fui acolhida na sede de Arakuaarenda, fundação onde foi fundada a APG, e que também sediaria a Assembleia Interzonal para aprovação da convocatória das eleições da Autonomia Guarani Charagua Iyambae, momento importante do processo por ter sido a assembleia em

ISBN: 978-85-7205-159-0

que se definiram as datas das eleições, a posse da nova representação, dentre outros procedimentos próprios.

Estar neste espaço me possibilitou ainda encontrar importantes referências que vivem em La Paz, além de Elias Caurey já mencionado, também Xavier Albó, que esteve em Arakuaarenda nos dias em que ali estava. Assim como Xavier Albó que tem obras dedicadas ao universo Guarani, o trabalho de outros pesquisadores como Bartomeu Meliá, Antônio Brand, Spensy Pimentel, Tonico Benites, Pierre e Hélène Clastres, Isabel Combès, Juan Wahren e Salvador Schavelzon, dentre outros, serão referências para o trabalho. Resultante desta etapa foram realizadas entrevistas, anotações das assembleias, coletados materiais de referências como livros, documentos, relatórios do processo de criação do Estatuto, estando estabelecidos os primeiros contatos que possibilitarão a continuidade do campo prevista para o primeiro semestre de 2017.

Estas pessoas refletem a voz Guarani, e expressam e vivem o que a pesquisa pretende discutir: a resistência às estruturas de dominação que impedem a autonomia dos povos sobre os seus territórios e recursos. Entraves impostos pelo Estado e toda a estrutura do capital e que podem ser compreendidos, dentre outras formas, pela perspectiva da colonialidade do poder e dos desafios que esta impõe.

Neste sentido, na discussão teórica optamos por fazer uma análise crítica do Estado e da lógica de desenvolvimento intrínseca, analisando a partir de epistemologias como a colonialidade do poder as formas de dominação que nos aprisiona sob várias perspectivas. Compreender as estruturas de poder que sustentam a permanência destas relações de dominação é um passo a ser dado para transformar essa realidade, ou como diz Zebich, “re-equilibrar lo que el desarrollo, y el capitalismo, han trastocado, alterado, descompuesto" (ZEBICH, 2010, p. 8). Nesta perspectiva, a proposta é fazer uma revisão teórica dos conceitos de Estado e Autonomia, buscando também a discussão de outros paradigmas a partir de autores como Javier Lajo, Silvia Rivera Cusicanqui, Luis Macas, dentre outros.

O contato com outras sociedades e cosmovisões abre espaço para questionamentos sobre as verdades impostas pelo Estado e pelo padrão de vida nacional/universal. A linha que costura as lutas dos povos indígenas é a que desfaz a trama do pensamento único. A resistência destes povos é uma luta por existência. Os modos de vida, a relação com a natureza, a episteme e a cosmologia por si só configuram-se como práticas que vão contra a lógica hegemônica e colocam em questão o modelo civilizatório implantado desde a colonização. A disputa desde sempre é por território, sem o qual os povos indígenas não conseguem manter sua cultura e suas tradições estreitamente ligadas à terra. São séculos de

ISBN: 978-85-7205-159-0

enfrentamento aos colonizadores, aos Estados Nacionais e mais recentemente às multinacionais. A luta por território é também a luta por outros mundos, por outras formas de vida.

A conquista de um autogoverno não representa necessariamente a superação de todos esses desafios que relacionamos à colonialidade do poder. A corrupção, a lógica moderna e neoliberal que determina o padrão de pensamento e de conhecimento possíveis, são realidades que se impõem ao universo indígena, indicando a complexidade e as contradições do movimento que é parte deste processo de autonomia. Da mesma forma, assim como Catherine Walsh relembra que o Estado Plurinacional não rompe com a noção de Estado nação (WALSH, 2009), há que se considerar, como pontua Wahren, que

> no puede existir una autonomía plena con respecto al Estado, ni com respecto al conjunto de la sociedad, sino que los movimientos se encuentran inmersos en ese espacio discursivo y buscan generar espacios de articulación política contrahegemónica (WAHREN, p. 6, 2010).

A pergunta sobre como essa pesquisa pode ser útil para a luta dos Guarani, embora não seja a finalidade de uma pesquisa acadêmica, foi norteadora de toda as experiências de campo e do desenvolvimento das problemáticas trazidas aqui. Problemáticas que giraram em torno de temas como processos de resistência, principais desafios e possibilidades na construção da autonomia, os enfrentamentos com o Estado Plurinacional, etc.

O fato de ser brasileira, onde os Guarani têm muitos parentes, assim como no Paraguai e na Argentina, todos eles separados por fronteiras impostas pelos Estados Nacionais, favoreceu o diálogo e a experiência com os povos da Bolívia, que são certamente uma importante referência para o contexto latino-americano, além de trazer reflexões que podem ser estendidas aos Guarani dos demais países. Assim como o antropólogo indígena Tonico Benites ressalta o compromisso e a importância do trabalho de campo, a proposta é nos dedicar a construir este projeto de pesquisa conjuntamente com a comunidade Guarani no processo de Autonomia Charagua Iyambae. Pensar caminhos partindo da perspectiva que nos propõe Gersem Baniwa de reconhecer a existência histórica de sujeitos coletivos com outros conhecimentos e modos de vida que resistem à monocultura epistemológica e mantendo suas epistemes que por existirem questionam a forma de organização de saberes moderna ocidental.

É com a proposta de se orientar também por formas diferentes de pensamento, e em diálogo com pesquisadoras e militantes das questões indígenas, como Silvia Rivera Cusicanqui, Rita Segato, Catherine Walsh, entre outras, que investimos nesta pesquisa ação, ou em outras palavras, em uma

ISBN: 978-85-7205-159-0

"antropologia por demanda", fazendo deste exercício intelectual uma possível contribuição para tentar compreender, analisar e pensar caminhos para a superação das estruturas de dominação impostas aos povos tradicionais e indígenas na América Latina, ou da Abya Yala, para utilizar uma noção indígena.

Breve histórico da luta guarani na Bolívia

O ano de 1892 é um marco na história da luta Guarani. Após um longo período de resistência e defesa do seu território no período colonial, as tensões se acirraram no período republicano, com a derrota na Batalha de Kuruyuki, que resultou no assassinato de milhares de indígenas deflagrando um longo período de silêncio e submissão. Muitas famílias migraram para a Argentina, outras tantas passaram a viver "apatronadas", trabalhando em fazendas em um sistema de semiescravidão, outras morreram na Guerra do Chaco e em sucessivos processos de esbulho, até que a Nação Guarani começasse a se reorganizar novamente.

Em 07 de fevereiro de 1987, em uma grande assembleia realizada no município de Charagua, foi fundada a *Asamblea del Pueblo Guarani - APG*. Nestes quase 30 anos de existência, a APG tem atuado com uma pauta central: a reconstituição de seu território como fator primordial para a manutenção de seu modo de ser, ou *Ñande Reko*. Para a APG, a luta agora não é mais com "arco e flecha", mas sim com "lápis e papel". O escritor, sociólogo e antropólogo Guarani, Elias Caurey, em seu livro intitulado *Asamblea del Pueblo Guarani – Um breve repasso a su historia* apresenta o contexto do surgimento da APG, ressaltando por exemplo, o retorno à democracia boliviana, que se deu em 10 de outubro de 1982, e o surgimento da *Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano* (CIDOB), como sendo fatores que influenciaram a criação de uma futura organização dos Guarani na Bolívia. Além disso, é preciso considerar neste processo o papel de instituições como *Ayuda Para el Campesinado del Oriente Boliviano* (APCOB) o *Centro de Investigación y Promoción del Campesinado Boliviano* (CIPCA) e *Arakuaarenda*, centro de formação localizado em Charagua e por parte da Igreja do Vicariato Apostólico de Cuevo.

Na trajetória da APG foram empreendidas diferentes iniciativas pela Nação Guarani para se chegar ao que hoje é a Autonomia Guarani Charagua Iyambae. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa iremos confirmar e aprofundar datas e fatos, tendo sido possível nesta primeira etapa tomar conhecimento de alguns acontecimentos, além dos citados anteriormente, como a apresentação do anteprojeto de Lei de Povos Originários, apresentado ao Governo da Bolívia em 1989; a primeira marcha dos povos indígenas

ISBN: 978-85-7205-159-0

das terras baixas em 1990, em que os Guarani juntamente com a CIDOB já haviam demandado Assembleia Constituinte e Autonomia Indígena; a Lei de Participação Popular en 1994; a Assembleia de Povos Indígenas das Terras Baixas e a Marcha pela Assembleia Constituinte nos anos 2000, ano em que também ocorreu a Guerra da Água, que evitou a privatização da empresa responsável pelo abastecimento de água. No ano de 2004, duas leis também marcaram este processo, sendo a Lei de Agrupaciones Ciudadanas y Pueblos Indígenas e a Lei Transitória Eleitoral e Decreto Supremo nº 0231.

Em 2006, no primeiro ano do governo de Evo Morales, foi realizada a Assembleia Constituinte. A construção do marco legal que viabilizou o processo de autonomia municipal indígena que está ocorrendo em Charagua se deu com muita luta, bloqueios, protestos e participação ativa nos espaços públicos e institucionais. Elias Caurey, destaca que em relação à Constituinte

> con protestas de todo tipo en el território guaraní la APG logro a último momento incorporar el cuarto nível autonômico, es decir la indígena y es la que tiene la posibilidad de dictar políticas porque apunta a la autodeterminación (CAUREY, p. 25, 2015).

No ano de 2009 foi alterada a Constituição da Bolívia, com a implantação do Estado Plurinacional. Neste mesmo ano se ganhou o *referendo aprobatório* com consulta pública sobre a conversão de Autonomia Municipal para Autonomia Indígena. A aprovação do referendo foi o primeiro passo, seguido de um longo processo que envolveu a elaboração e aprovação do Estatuto (2012); aprovação pelo Tribunal Supremo Eleitoral (2013/2014); Designação do referendo para aprovação da população (2015); e sete anos depois de iniciado o processo (2016) se realizou a eleição dos representantes da Autonomia Guarani Charagua Iyambae. Esta Autonomia significa que o município de Charagua, constituído por 118 comunidades, divididas em 4 zonas, além das 2 zonas urbanas, será gerido segundo modos e procedimentos próprios. As primeiras eleições de autonomia indígena foram realizadas entre os meses de agosto e setembro de 2016, tendo sido concluído o processo no dia 18/09/2016.

Autonomia Guarani Charagua Iyambae

Charagua

Na Bolívia a Nação Guarani é formada por 28 capitanias, no total que representam mais de 360 comunidades localizadas no chaco boliviano, que envolve os departamentos de Santa Cruz, Chuquisaca e Tarija (ANZALDO GARCIA y GUTIERREZ GALEAN, 2014). O município de Charagua é o maior da

ISBN: 978-85-7205-159-0

Bolívia, com extensão de mais de 74 mil km², onde a maioria Guarani convive com populações de mestiços, migrantes quechua, aymara e menonitas[1].

Com a Autonomia Guarani os distritos passam a ser denominados "zonas" com estrutura político-administrativa descentralizada. Charagua Iyambae inclui seis zonas, sendo as correspondentes às quatro capitanas de Charagua Norte, Parapitiguasu, Alto Isoso y Bajo Isoso que reúnem 118 comunidades, e mais as zonas urbanas Estación Charagua e Charagua Pueblo e área de influencia.

Tendo agora a referência de Charagua, outros municípios como Lagunillas e Gutierrez, que já haviam tentado a Autonomia anteriormente, mas esbarraram em dificuldades, estão mobilizados e tramitando o processo institucional exigido.

Formas de se fazer política

Na estrutura de governo da Autonomia Guarani Charagua Iyambae as decisões estão nas bases. O órgão de decisão coletiva é o *Ñemboati Reta*, que se conforma por três assembleias de âmbito comunal (*Ñemboatimi*), zonal (*Ñemboati*) e autonômica (*Ñemboati Guasu*).

Para a Assembleia Autonomica (*Ñemboati Guasu*) foram eleitos 27 assembleístas; o órgão legislativo (*Mborokuai Simbika Iyapoa Reta*) é composto por 12 membros e o órgão executivo (*Tetarembiokuai Reta*) por 6 membros. A responsabilidade pela gestão, administração publica e representação do Governo Autônomo Guarani Charagua Iyambae é do *Tetarembiokuai Reta Imborika* – TRI, que terá representante eleito por cada zona, sendo o cargo assumido por cada um destes representantes de forma rotativa a cada três anos.

A estrutura organizativa da Autonomia Guarani Charagua Iyambae é fundada nas instancias tradicionais de decisão. As assembleias enquanto espaço político que expressam o pensamento e as formas de organização indígena também serão abordadas na pesquisa.

[1] Comunidade de imigrantes alemães, que mantêm sua própria língua (alemão antigo), sua religião (anabatistas do século XV) e que organizam toda a sua vida cotidiana no político e educativo, e sua cultura agrícola orientava a sua própria subsistência e o mercado (ALBÓ, 2015)

ISBN: 978-85-7205-159-0

Desafios e possibilidades

A tramitação para constituir as autonomias em âmbito municipal pode ser entendida a partir da efetivação do processo eleitoral em Charagua. Esta primeira experiência durou sete anos, sendo possível, a partir de registros do processo, apreender algumas dificuldades e desafios que se impuseram à viabilização institucional da Autonomia Guarani. No documento da *Fundacion Centro Arakuaarenda* que relata a memória do processo de elaboração do projeto do Estatuto, foram destacados pontos difíceis como

> la inexistencia de experiencias similares, la inexperiencia de los asambleístas (o estatuyentes); pero sobre todo por las acciones políticas que realizan los grupos opositores al processo (ARAKUAARENDA, 2012).

A sistematização deste processo também gerou um relatório publicado pela *CIPCA*, em agosto de 2013. Documentos que, somados às entrevistas fornecem diferentes pontos de vista sobre a construção do Estatuto. A participação destas e outras instituições que prestam assistência técnica e executiva à Nação Guarani e atuam na formação de lideranças, além do apoio logístico de infraestrutura para as reuniões, alimentação e transporte, é mais uma análise possível.

A discussão relacionada a gênero é outro ponto que podemos destacar. Durante o processo foi criada a Assembleia Autonômica que durante 18 meses e realizou *asambleas comunales* em distintas capitanias, tendo sido constatada a baixa participação das mulheres. Para reverter essa situação foram feitas diversas reuniões somente com mulheres, alcançando no final a participação de 13 mulheres contra 39 homens e a partir desta articulação foi incluída no Estatuto da Autonomia Guarani Charagua Iyambae a garantia da equidade de gênero.

A articulação e atuação das mulheres nas assembleias e nos espaços de representação é uma abordagem possível para esta pesquisa. A conversa iniciada com Ruth Yarigua – e com outras lideranças que tive oportunidade de estabelecer contato na Assembleia de Mulheres do Departamento de Santa Cruz – sugere que novas alternativas podem surgir a partir de maior participação política das mulheres nos espaços. Marilin Carayuri ressalta que as mulheres estão na luta, mas ainda não estão nos espaços de decisão.

A gestão dos recursos econômicos é um dos pontos que mais se discute, envolvendo ainda os problemas de corrupção de lideranças. A Autonomia Guarani Charagua Iyambae está em uma região com

ISBN: 978-85-7205-159-0

grandes reservas de hidrocarburos, concentrando em seu território além das seis zonas, dois parques nacionais, *Kaa Iya del Gran Chaco* e *Otuquis* e a área de conservação e importância ecológica *Ñembi Guasu.*

Para viabilizar a exploração dos recursos naturais disponíveis, as multinacionais ofertam compensações e indenizações que neste caso seriam destinadas e geridas pela autonomia indígena. Se estabelece um campo de conflito e de negociação entre os mundos, orientado por princípios financeiros, que resulta em impactos com a natureza e consequentemente com os modos de vida.

Felipe Román considera que é uma interferência "de fora" a visão de que as autonomias indígenas são vantajosas porque vai ganhar as indenizações das multinacionais. Uma visão dos não indígenas que tem influenciado a nova geração.

> *Nosostros los viejos decimos no! No es por la indenizacion o no es por la compensacion que nosostros estamos solicitando las tierras comunitárias de origem. Es para vivir bien, que nosostros tiengamos nuestra planificacion propia. Que no venga unos que nos digam: "bueno ahora usted van a sembrar brocoli, o usted van a sembrar quinoa". No nos importa. Nosotros queremos tener nuestro propio chaco, sembrar a nuestra manera, sembrar las semillas que a nosotros nos interessa y no lo que interesa las transnacionales. Nosotros somos los que vamos a consumir. Que criemos animales que a nosotros nos interessam e no a los otros*[2].

Soma-se a esta perspectiva econômica outros pontos desafiadores, sendo destacado por Elias Caurey, no entanto, a necessidade de se atentar para a manutenção de modos de vida, do idioma e das manifestações próprias dos Guarani, considerando todo o universo não Guarani que já faz parte do cotidiano de muitos.

Cabe à nova Autonomia buscar formas de solucionar estes e outros desafios, revelando neste processo outros modos de se fazer e compreender a política, trazendo referências para o necessário debate de superação dos padrões que replicam a lógica ocidental.

No que tange a esta pesquisa, fica o desafio de pensar em como fazer um trabalho que possa contribuir para a luta dos Guarani que estão na Bolívia, no Brasil, e também nos demais países da América Latina, entendendo, pela própria resistência deste povo e pela existência do Conselho Continental da Nação Guarani, que é preciso rever fronteiras nos territórios do pensar, ser e estar no mundo.

[2] Entrevista concedida em 02/08/2016, no município de Camiri, Departamento de Santa Cruz, Bolívia.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Referências bibliográficas e outras fontes

ANZALDO GARCIA, Alejandra; GUTIERREZ GALEAN, Magaly. Avances y desafíos de la Autonomía Guaraní Charagua Iyambae. Tinkazos, La Paz, v. 17, n. 36, p. 81-91, dic. 2014. Disponível em <http://bit.ly/2dDe1Df>. Acessado em 28 set. 2016.

ARAKUAARENDA, Fundacion Centro. Memoria - Proceso de Elaboracion del Proyecto Estatuto de la Autonomia Guaraní Charagua Iyambae. Charagua, 2012.

CAUREY, Elias. Asamblea del Pueblo Guaraní: Un breve repaso a su história. Território Guarani – Bolívia. 2015.

PUERTA, Santiago y Ángeles Alquezar. Autonomía Guaraní Charagua Iyambae. Sistematización de la experiencia en la formulación del Estatuto Autonómico. Santa Cruz, CIPCA. 2013.

SCHAVELZON, Salvador. El Pacto de Unidad como encuentro cosmopolítico. Revista Boliviana de Investigación, v. 10, p. 235-261, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2dzQ10E>, acessado em 28 set. 2016.

WAHREN, Juan. Desafíos y tensiones en la construcción del Estado Plurinacional en Bolivia, Las elecciones por “usos y costumbres” de los asambleístas del Pueblo Guaraní en Tarija In: RAM Reunión de Antropología del Mercosur, 10., 2013, Córdoba: Universidade Nacional de Córdoba,2013.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, Estado y Sociedad. Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Editora Abya-Yala, 2009.

ZEBICH, Raúl. El Buen Vivir como el “otro mundo posible”. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2d74mWK>, acessado em 28 set. 2016.